

# Depois da ordem, a adaptação



» GUILHERME FRIZZERA  
Doutor em relações internacionais pela UnB e coordenador do bacharelado em relações internacionais da Uninter

Quando a ordem internacional estremece, o impacto não se mede apenas pela força do ato, mas pela diferença entre quem se surpreende e quem sempre operou em um ambiente estruturalmente desfavorável. A ação de Donald Trump sobre a Venezuela, neste mês, produziu um choque imediato no sistema internacional, tanto pela violência do gesto quanto pela clareza de sua lógica política. A intervenção consolidou um padrão unilateral que muitos passaram a identificar como o esgotamento prático do direito internacional construído após 1945. Ainda assim, seus efeitos não se distribuem de forma homogênea entre os atores globais.

Para o Sul Global, e particularmente para o Brasil, trata-se menos de uma inflexão inédita e mais da explicitação de uma dinâmica historicamente conhecida. O sistema internacional ancorado em normas jurídicas, governança e previsibilidade institucional nunca operou de maneira plenamente favorável às pretensões de autonomia e desenvolvimento da periferia. Embora sustentado por uma retórica universalista, funcionou como mecanismo de hierarquização e contenção de interesses. A erosão atual das regras, portanto, não inaugura um ambiente hostil, mas torna visível o terreno no qual a política externa do Sul sempre precisou atuar. Nesse contexto, a hostilidade do sistema não se apresenta como crise de identidade, mas como expressão

recorrente das relações de poder.

Enquanto o Norte Global processa a perda de um arcabouço do qual dependia para sua estabilidade, o Sul lida com a ruptura como parte de um ambiente historicamente desfavorável, marcado pela ausência de garantias. O colapso dessa ordem remove o véu de uma igualdade jurídica raramente efetiva, permitindo que a diplomacia nacional opere com maior clareza sobre os interesses em jogo.

Essa condição produziu uma diplomacia moldada para operar sob assimetria, instabilidade e escassez de garantias. Países como o Brasil desenvolveram estratégias que prescindem da proteção automática das instituições multilaterais e se apoiam na diversificação de parcerias, na autonomia decisória e na leitura pragmática das correlações de força. O cenário atual apenas evidencia as limitações daqueles que estruturaram sua inserção internacional a partir da previsibilidade assegurada por terceiros, agora ausente, e da expectativa de continuidade de uma ordem que perdeu capacidade de constranger comportamentos.

Esse contraste tornou-se evidente na reação europeia à crise venezuelana. Ao celebrar publicamente um suposto retorno da democracia e anunciar novos ventos políticos sobre Caracas, as chancelarias europeias projetaram sobre a intervenção um vocabulário normativo ausente do discurso de Trump, que evitou deliberadamente a linguagem democrática e adotou uma agenda de caráter instrumental. A resposta europeia revelou menos convicção normativa e mais dificuldade de reconhecer a ruptura em curso, preservando símbolos de uma ordem que já não encontra respaldo nem nos fatos nem na prática política.

A mesma dificuldade se manifestou em conflitos recentes. A guerra na Ucrânia, travada no próprio continente europeu, expôs a dependência

securitária em relação ao poder militar norte-americano, com decisões estratégicas subordinadas a prioridades externas e voláteis. Em Gaza, condenações formais às ações de Israel coexistiram com o apoio a iniciativas diplomáticas delineadas fora da Europa, evidenciando os limites de sua autonomia política e estratégica em contextos de alta pressão internacional.

No plano econômico-comercial, a diferença de capacidade adaptativa também se impôs. Diante do tarifaço imposto em 2025, a União Europeia optou por um acordo rápido, alvo de críticas pelas concessões realizadas. O Brasil, embora inicialmente mais atingido e com canais diplomáticos bloqueados, manteve sua posição, ampliou interlocuções alternativas e obteve um resultado provisório mais eficiente. Esse comportamento contrasta com a hesitação europeia em avançar no acordo com o Mercosul, apesar de ele se alinhar à ampliação de mercados e à redução de dependências, estratégia mais coerente com o ambiente internacional atual e com a lógica de diversificação adotada pelo Sul Global.

Passado o impacto inicial, a instabilidade deixa de parecer uma anomalia. Isso não significa que a transição para um arranjo pós-liberal seja menos custosa, mas que essas dificuldades não são desconhecidas para países habituados a operar sob assimetrias e incertezas. O que para o Norte Global surge como ruptura abrupta, para o Sul é a continuidade de um ambiente no qual avançar exige menos apego à perda da ordem e maior capacidade de ajuste ao movimento do sistema. O fim do ciclo liberal do direito internacional, portanto, não encerra a diplomacia, mas eleva o custo de exercê-la em um mundo onde garantias permanentes deixaram de existir.

## Paradiplomacia e a dimensão subnacional da geopolítica



» ROBSON CARDOCH VALDEZ  
Professor de Relações Internacionais do IDP-Brasília

Como é sabido, a assinatura do Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia aconteceu em um cenário internacional marcado pela fragmentação das relações comerciais e por disputas geopolíticas com impactos imprevisíveis sobre a hierarquia do poder no sistema internacional. Seus efeitos não se limitam exclusivamente ao âmbito federal e alcançam diretamente os governos subnacionais que lidam, no cotidiano, com incorporação de novas normas e redefinição de parcerias estratégicas. É dentro desse contexto que a paradiplomacia de estados e municípios passa a ocupar um papel central no sentido de alinhar suas estratégias de desenvolvimento de forma sistêmica por meio de uma refinada leitura das dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas globais.

Tomemos o Rio Grande do Sul como exemplo. Em 2025, Bélgica, Vietnã, Indonésia e Paraguai destacaram-se como parceiros que ampliaram, significativamente, seus respectivos fluxos comerciais com o estado, ficando atrás somente de destinos tradicionais, como China, Estados Unidos e Argentina. Somados, aqueles países (Bélgica, Vietnã, Indonésia e Paraguai) aproximaram-se do volume importado por norte-americanos e argentinos. Adicionalmente, faz-se necessário ressaltar que o gradual esforço de diversificação de parceiros comerciais empreendido pelo estado ao longo dos últimos anos, ainda que de forma reativa e intuitiva, foi crucial para mitigar os impactos do tarifaço de Donald Trump sobre o conjunto da economia gaúcha.

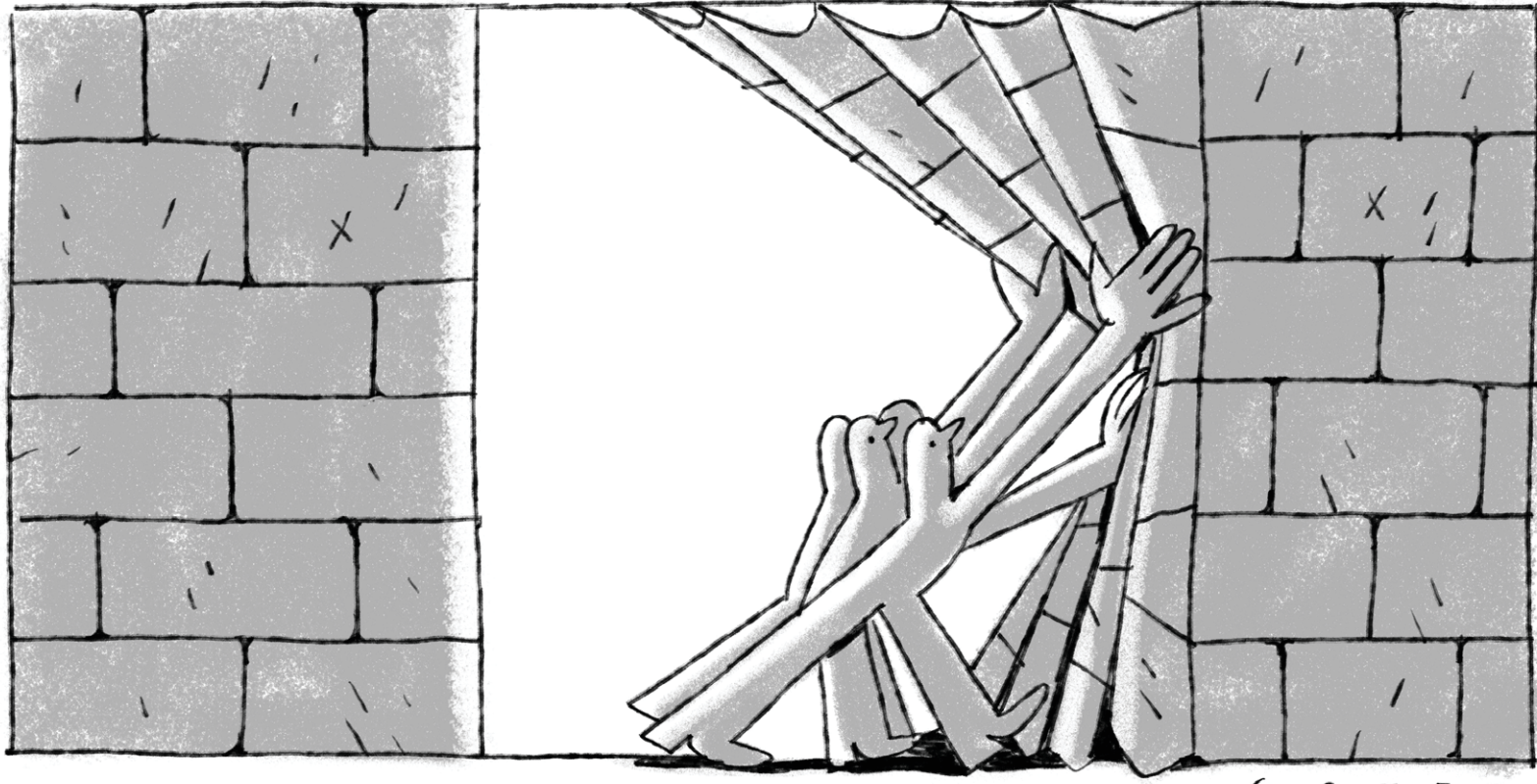
No ano passado, a Bélgica respondeu por US\$ 846,5 milhões em exportações do Rio Grande do Sul (3,9% do total). Trata-se de uma pauta pouco diversificada, fortemente concentrada no tabaco e com participação secundária de plásticos. Contudo, mais do que um mercado relevante em termos absolutos, trata-se de importante porta de entrada para a União Europeia. Nesse sentido, a paradiplomacia profissional se vê diante de desafios adicionais, uma vez que o acesso ao mercado europeu está associado a exigências rigorosas em áreas como sustentabilidade, padrões sanitários e rastreabilidade. Dessa forma, para os governos subnacionais, a paradiplomacia pode funcionar como canal permanente de diálogo técnico e institucional, preparando setores produtivos locais para um ambiente regulatório cada vez mais complexo e normativo.

O Vietnã, por sua vez, absorveu US\$ 692 milhões das exportações gaúchas (3,2%) e se destaca como um mercado dinâmico para alimentos (cereais, resíduos, carnes e grãos), além de tabaco, couro e plásticos. Em processo de aprofundamento de sua relação comercial com o Mercosul, o país integra uma estratégia asiática voltada à diversificação de parceiros e ao fortalecimento industrial. Para estados e municípios brasileiros, o Vietnã, que já oferece oportunidades relevantes, torna-se um parceiro ainda mais estratégico diante das parcerias com o Brasil e de seu desejo de firmar um acordo de livre comércio com o Mercosul. Da mesma forma, estados e municípios precisam se preparar profissionalmente para competir em cadeias agroindustriais e compreender modelos de desenvolvimento e políticas estatais típicas do Sudeste Asiático.

Já a Indonésia importou US\$ 602,9 milhões do Rio Grande do Sul (2,8%), com compras concentradas em resíduos da indústria de alimentos, tabaco e cereais. Como integrante dos Blocos, o país se insere em uma lógica geoeconômica que busca maior autonomia em relação aos centros tradicionais do comércio internacional. A aproximação com mercados desse perfil exige dos governos locais uma leitura estratégica que vá além do curto prazo, incorporando considerações sobre alinhamentos políticos, estabilidade institucional e possibilidades de cooperação Sul-Sul.

Por fim, esses dados revelam que a inserção internacional subnacional se dá em múltiplos tabuleiros ao mesmo tempo. Nesse contexto, a paradiplomacia, não se resume simplesmente à promoção comercial, mas passa a desempenhar uma função mais ampla de gestão estratégica de riscos e oportunidades. Desse modo, a paradiplomacia contribui para a diversificação de mercados, a redução de vulnerabilidades externas e o fortalecimento da resiliência econômica regional, além de fomentar parcerias de cooperação em áreas como a educação, turismo e inovação.

Assim, diante do acordo Mercosul-União Europeia e da intensificação das relações com a Ásia e o Sul Global, incorporar variáveis geopolíticas e geoeconômicas à atuação internacional dos governos locais torna-se imperativo. Estados e municípios que investirem em capacidades paradiplomáticas estarão mais bem posicionados para converter acordos comerciais em desenvolvimento sustentável, competitividade regional e maior autonomia estratégica em um mundo cada vez mais multipolar.



## A profecia do tapete vermelho



» TOINHO CASTRO  
Poeta e multiartista

Que fique claro, *O agente secreto* no Oscar é o cumprimento de uma profecia feita pela minha mãe, dona Lenira, anos atrás. Ela disse a Kleber: vou ver você no tapete vermelho do Oscar. Dito e quase feito. No próximo dia 15 de março, Emilie, Kleber, dona Tânia, Wagner Moura e a turma da pesada do filme estarão pisando no dito tapete vermelho, sob flashes, holofotes, aplausos e afins. Para o delírio da minha mãe que, aos 89 anos, segue apaixonada por cinema, desde os primeiros filmes, menina ainda, no cinema paroquial da igreja de São Pedro, em Natal, no Rio Grande do Norte.

Tendo a dizer que eu e Kleber crescemos juntos, não por sermos amigos desde a infância, mas porque nos conhecemos na universidade pública, onde crescemos pra valer, descobrindo o amor mútuo por filmes, músicas e outras tantas coisas interessantes e praticamente mágicas. Ali começamos as experiências que levariam Kleber ao cinema, eu à literatura, e nossas amigas e amigos para o infinito e além, onde encontraram reconhecimento e realização. A universidade é uma máquina de realizar sonhos.

E, quanto mais Kleber avançava no seu trabalho e seu talento, mais a minha mãe se enchia de orgulho dele. Acho que ela realizou com Kleber e seus filmes o seu sonho de uma vida cinematográfica; seu sonho hollywoodiano de ser uma estrela. Imagina, ela queria fugir com o circo quando menina! Cantava no rádio Poty, ia ao cinema praticamente todos os dias e se alimentava do glamour constelar das revistas sobre os astros americanos. Com ela e seu amor, aprendi Michel Legrand; aprendi *Melodia imortal* e *Suplício de uma saudade*; aprendi Audrey Hepburn e James Stewart.

Ela aprendeu *O som ao redor*, *Aquarius*, *Bacurau*, *Retratos fantasmas*, *O agente secreto*... que tem uma personagem chamada Lenira; que tem uma Dona Sebastiana, em quem vejo minha mãe e tantas mães nordestinas, com seus conselhos impagáveis, seus bordões espertos, sua lucidez e determinação diante dos desafios que se impõem diante de gerações de mulheres brasileiras.

Dona Lenira vislumbrou, em cada passo de Kleber, um caminho com destino certo. O tapete vermelho. E cada prêmio que nosso cineasta foi amalhando, foi uma confirmação do que ela via no seu tarô imaginário, no seu oráculo de celuloide. Se a menina pudesse viajar no tempo, desde o cinema paroquial até o próximo 15 de março, se surpreenderia com o impossível se tornando possível, como quase sempre acontece com o impossível, em algum momento. Mas não é a menina, e, sim, a senhora de 89 anos, ainda menina no fundo da retina, que assistirá à grande festa do cinema, quando estaremos em festa, muito perto de botar as mãos no Oscar.

Será o maior futebol da história do Brasil, porque, agora, somos, como nunca, o que sempre fomos, o país do cinema. O país de uma câmera na mão e ideias na cabeça. O país de *Macunaíma*, com Grande Otelo e o país de Norma Bengell, que certa tarde encontrei numa rua chuvosa do Rio de Janeiro e sorriu pra mim; o país de Vera e *A hora da estrela*. O país da contradição, que fecha salas de cinema, brilha em Cannes e chega ao Oscar.

E o Oscar, afinal, é tão importante assim? Ele amplia o alcance de um filme e de toda uma cultura que ele carrega junto. É um dispositivo de mercado, de multiplicação de mercados. Porque, quando um filme brasileiro chega lá, o Brasil chega junto. Dona Lenira chega junto. E, aí, o Brasil se espalha, mais ainda do que já gosta de se espalhar. E contagia, mais ainda do que já gosta de contagiar. O Oscar importa porque é festa, e a gente é de festa. Lá em casa sempre foi assim, de se reunir pra ver o Oscar, de torcer e vibrar. Porque a gente ama Cinema, assim, com C maiúsculo.

Não sabemos que resultados o tapete vermelho e a cerimônia do Oscar trarão. Não fazemos ideia de como terminaremos a noite, mas começaremos com a alegria e cheios de doces esperanças, que são as melhores de se viver. Tem um Oscar que é um boneco dourado e um outro Oscar, que é um símbolo de coisas que estão dando certo, que se movimentam em direção ao futuro. Coisas que se tornam, nem que seja por uma noite de brilho e encantamento, a representação de um país e o desejo de um povo.

Não sabemos o que virá, Dona Lenira, se seus melhores sonhos e previsões se concretizarão... mas vai ser divertido à beça!